

LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS

ATO LEGAL	DESCRIÇÃO
Lei nº 14.247/2002	Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação no Estado de Goiás e dá outras providências.
Lei nº 14.384/2002	Institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, a Taxa de Fiscalização Ambiental e dá outras providências.
Lei nº 16.316/2008	Institui a Política Estadual de Combate e Prevenção à Desertificação.
Lei nº 16.497/2009	Institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas.
Lei nº 18.102/2013	Dispõe sobre as infrações administrativas ao meio ambiente e respectivas sanções, institui o processo administrativo para sua apuração no âmbito estadual e dá outras providências.
Lei nº 18.104/2013	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, institui a nova Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências.
Lei nº 18.826/2015	Dispõe sobre as terras devolutas pertencentes ao Estado de Goiás e dá outras providências.
Lei nº 19.998/2018	Institui diretrizes para a Política Estadual de Agricultura Familiar e dá outras providências.
Lei nº 20.694/2019	Dispõe sobre normas gerais para o Licenciamento Ambiental do Estado de Goiás e dá outras providências.
Lei nº 20.710/2020	Institui a Política Estadual do Biogás e do Biometano.
Decreto nº 9.710/2020	Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Estadual, a Lei Estadual nº 20.694, de 26 de dezembro de 2019, que dispõe sobre as normas gerais para o Licenciamento Ambiental no Estado de Goiás e dá outras providências.
LEI nº 21.005	Institui o Programa Estadual de Bioinsumos.
Lei nº 21.013/2021	Institui a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
Decreto nº 9.891/2021	Institui o Plano Estadual de Mitigação/Adaptação às Mudanças Climáticas e Sustentabilidade na Agropecuária.
Decreto nº 9.909/2021	Institui o Comitê Estadual de Gestão de Incêndios Florestais (CEGIF) e dá outras providências
Lei nº 21.231/2022	Dispõe sobre a regularização de passivos ambientais de imóveis rurais e urbanos, bem como a compensação florestal e a

	compensação por danos para regularizar a supressão da vegetação nativa realizada sem a prévia autorização do órgão ambiental competente, também a definição dos parâmetros da compensação florestal e da reposição florestal no Estado de Goiás.
Lei nº 21.615/2022	Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação no ambiente socioeconômico do Estado de Goiás.
Decreto nº 10.190	Regulamenta a apuração do Índice de Participação dos Municípios – IPM referente à entrega dos 5% (cinco por cento) do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS pertencentes aos municípios, na forma da Lei Complementar estadual nº 177, de 24 de agosto de 2022, e dá outras providências.
Decreto nº 10.384/2024	Institui o Comitê Estratégico Interinstitucional para Transformação do Nordeste Goiano (CEITNG) para criar e implementar projetos de inovação e desenvolvimento sustentável para a Região do Nordeste Goiano